



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

000643/2026

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: 0fa71abc-0f28-4180-89f2-d3807a3104c5

AUTUADO EM	Quinta-feira, 8 de Janeiro de 2026
LOCAL DA AUTUAÇÃO	PROTOCOLO GERAL
AUTUADO POR	MONIQUE BORGES DE AZEVEDO
INTERESSADO (S)	
EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA	

RESUMO

*IMPUGNAÇÃO AO EDITAL - CHAMAMENTO PÚBLICO 4/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35.877/2025 EMPRESA
IMPUGNANTE: EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA CNPJ:
12.165.068/0001-00*

DATA:08/01/2026

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

À Comissão de Contratação / Agente de Contratação do Município de Nova Friburgo

Méllany Dias Guedes, representante legal da empresa EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ 12.165.068/0001-00, conforme documentos anexos, vem, com fundamento no item 7 do edital, apresentar a presente:

IMPUGNAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

DA TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é plenamente tempestiva, considerando que o item 7 do edital prevê o prazo legal para insurgência contra cláusulas e condições do instrumento convocatório. Assim, protocolada dentro do prazo estabelecido, deve ser conhecida e processada.

DOS FATOS

O edital tem por objeto o Credenciamento de empresas especializadas na área de saúde pública na modalidade de prestação de serviços de profissionais médicos para urgência e emergência nas unidades hospitalares. Contudo, o Termo de Referência, incorporado ao edital, traz exigência habilitatória indevida, em especial no item 9.12.3, subitem que determina:

“A credenciada deverá apresentar Contrato de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional dos prestadores de serviços, conforme previsão no item 4.4 do Termo de Referência.”

Tal exigência se mostra ilegal, desarrazoada e restritiva, configurando excesso de burocracia e inovação habilitatória sem amparo legal, criando obstáculo indevido à competitividade do certame.

DO DIREITO

DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA – VIOLAÇÃO À LEI 14.133/21

O art. 67 da Lei nº 14.133/2021 estabelece o rol taxativo (restrito a) de documentos relativos à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional que podem ser exigidos para comprovação de qualificação técnica na fase de habilitação.

O contrato de seguro de responsabilidade civil profissional não consta no rol legal, razão pela qual sua exigência como condição habilitatória caracteriza **inovação ilegal do edital**, em violação direta ao princípio da legalidade (art. 5º da Lei 14.133/21).

A Administração Pública não pode exigir documentos ou requisitos não previstos em lei, especialmente quando não demonstrada sua essencialidade à execução contratual.

DO EXCESSO DE BUROCRACIA E RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

A exigência impugnada:

- não comprova aptidão técnica da licitante, mas apenas impõe custo adicional e formalidade desnecessária;
- onera indevidamente os participantes, sem relação com o objeto da licitação;
- reduz o universo de concorrentes, ferindo o princípio da isonomia e competitividade;
- não é indispensável à garantia da execução, podendo ser exigida (se cabível) apenas na fase contratual, e não como requisito habilitatório.

Logo, trata-se de exigência desproporcional e sem justificativa técnica concreta, o que é vedado pela Lei nº 14.133/21.

DO DESCUMPRIMENTO DO ACÓRDÃO 313/2021 – TCU PLENÁRIO

O Tribunal de Contas da União, no Acórdão 313/2021 – Plenário, firmou entendimento de que não se pode exigir documentos não previstos na lei.

É vedada a exigência, na fase de habilitação, de documentos não previstos no rol do art. 67 da Lei 14.133/21, salvo quando demonstrada a imprescindibilidade, devidamente motivada, o que não ocorre no presente caso.

No certame em questão, não há motivação idônea nem demonstração de essencialidade, de modo que a exigência editalícia impugnada descumpra a orientação do TCU, tornando-se restritiva e ilegal.

DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se:

- a) O conhecimento da presente impugnação, por sua tempestividade;
- b) A exclusão do item 9.12.3 do Termo de Referência, especialmente o subitem que exige contrato de seguro de responsabilidade civil profissional como requisito habilitatório;
- c) O prosseguimento do certame sem a exigência impugnada, restabelecendo a legalidade e a ampla competitividade;
- d) Caso o órgão entenda pela manutenção da exigência, que apresente motivação técnica concreta e fundamentada, demonstrando a imprescindibilidade do seguro à execução — o que desde já se contesta por ausência de base legal;
- e) A juntada desta impugnação ao processo, com a devida apreciação e resposta formal, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- f) Na improvável hipótese de indeferimento da presente impugnação, requer-se o encaminhamento da mesma ao controle interno, procuradoria e autoridade superior, afim de, esgotar todas as linha de defesas administrativas e, desde já, cópias integrais dos autos do procedimento licitatório para salvaguarda dos direitos da recorrente, sem prejuízo das eventuais ações judiciais cabíveis (Mandado de Segurança), bem como para comunicação aos órgãos de controle externos (Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado).

DAS RAZÕES FINAIS

A manutenção da exigência ilegal:

- compromete a competitividade do credenciamento;
- afronta a Lei 14.133/2021;
- descumpre o Acórdão 313/2021 – TCU Plenário;
- e cria barreira desnecessária, caracterizando formalismo excessivo.

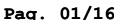
A correção do edital é medida que se impõe para garantir a contratação mais vantajosa, livre de cláusulas restritivas e ilegais.

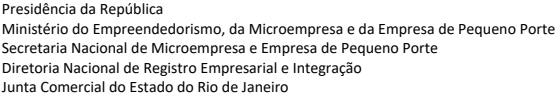
DO FECHO

Nestes termos, pede deferimento.

Rio de Janeiro, 08 de janeiro de 2026.

Méllany Dias Guedes
EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA





33.2.1226729-6

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Microempresa

2025/01199556-0

16/12/2025 19:50:52

JUCERJA

Último arquivamento:

00006989527 - 23/05/2025

NIRE: 33.2.1226729-6

EUROMED SAUDE E SERVICOS LTDA

Boleto(s): 105298982

Hash: 247FE940-0BF4-44C1-8F25-3D889B0EA540

Orgão	Calculado	Pago
Junta	600,00	600,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMIENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

EUROMED SAUDE E SERVICOS LTDA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

**Código
do Ato**

002

[illegible]

Requerente

Nome:	ERICA ORLANS DE ALMEIDA
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	21998762544
E-mail:	financeiro@orlanscontabilidade.com.br
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	16/12/2025
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro

Local

16/12/2025

Data



2025/01199556-0

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: EUROMED SAUDE E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.1226729-6 Protocolo: 2025/01199556-0 Data do protocolo: 16/12/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2025 SOB O NÚMERO 00007383389 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0BED3A518C8B732C6BA3D5020CA5F6FBF8A9E9DAFAFE299A120E39CE98A5E57B

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 02/16

**9ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA SOB A
DENOMINAÇÃO DE EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA
CNPJ 12.165.068/0001-00
NIRE 332.1226729-6**

Pelo presente instrumento particular,

MELLANY DIAS GUEDES, brasileira, empresária, solteira, inscrita no CPF/MF sob o nº 171.363.577-13, portadora da identidade de nº 29.949.615-8, expedida pelo DETRAN/RJ, residente e domiciliada na Rua Nelson Marcelino de Paula, nº 71, antiga Rua B, casa, Cantelmo, Cantagalo - RJ, CEP: 28.500-000;

Únicos sócios da sociedade empresária limitada, denominada **EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA**, com sua matriz estabelecida na Avenida das Américas, nº 5.777, loja 120, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP: 22.793-080, com contrato social arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.2.1226729-6 e inscrita no CNPJ nº 12.165.068/0001-00, resolvem de comum acordo alterar e consolidar o contrato social, de acordo com as seguintes deliberações:

1. **OBJETO SOCIAL**

Neste ato de melhor forma, a sociedade altera seu objeto social principal e secundárias para as atividades de:

- Atividade de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências (CNAE 8610-1/02);
- Aluguel de equipamentos cinetíficos, médicos e hospitalares, sem operador (CNAE 7739-0/02);
- Locação de mão-de-obra temporária (CNAE 78.20-5/00);
- Atividade de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências (CNAE 8610-1/01);
- UTI móvel (CNAE 8621-6/01);
- Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel (CNAE 8621-6/02);
- Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências

(CNAE 8622-4/00);

- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos (CNAE 8630-5/01);
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares (CNAE 8630-5/02);
- Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (CNAE 8630-5/03);
- Atividade odontológica (CNAE 86.30-5/04);
- Serviços de vacinação e imunização humana (CNAE 8630-5/06);
- Atividades de atenção ambulatorial (CNAE 8630-5/99);
- Laboratórios de análises clínicas (CNAE 8640-2/02);
- Serviços de diálise e nefrologia (CNAE 8640-2/03);
- Serviços de tomografia (CNAE 8640-2/04);
- Serviços de ressonância magnética (CNAE 8640-2/06);
- Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética (CNAE 8640-2/07);
- Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outro exames análogos (CNAE 8640-2/08);
- Serviços de diagnósticos por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos (CNAE 8640-2/09);
- Serviços de hemoterapia (CNAE 8640-2/12);
- Atividades de serviços de complementação de diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente (CNAE 8640-2/99);
- Atividades de enfermagem (CNAE 8650-0/01);
- Atividades de profissionais da nutrição (CNAE 8650-0/02);
- Atividades de psicologia e psicanálise (CNAE 8650-0/03);
- Atividade de fisioterapia (CNAE 8650-0/04);
- Atividade de terapia ocupacional (CNAE 8650-0/05);
- Atividades de fonoaudiologia (CNAE 8650-0/06);
- Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral (CNAE 8650-0/07);
- Atividades de profissionais da área da saúde não especificados anteriormente (CNAE 8650-0/99);
- Atividades de apoio à gestão de saúde (CNAE 8660-7/00);
- Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente (CNAE 8690-9/99);
- Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio (CNAE 8712-3/00);
- Serviços de assistência social em alojamento (CNAE 8800-6/00);

2. **DA NOVA REDAÇÃO SOCIAL**

Os sócios resolvem dar nova redação ao contrato social da empresa, tornando assim sem efeito a partir desta data, as cláusulas e condições contidas na 8ª Alteração Contratual, que passa a ter a seguinte disposição:

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESARIAL

EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA

CNPJ 12.165.068/0001-00

NIRE 332.1226729-6

CAPÍTULO I

– DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO –

Cláusula Primeira. A Sociedade girará sob a denominação social de “**EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA**”, como uma sociedade empresária do tipo limitada (“Sociedade”), regida pelo disposto neste contrato, no Código Civil Brasileiro e, supletivamente, pelas normas aplicáveis às Sociedades por Ações, nos termos do artigo 1.053, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo Único: A sociedade adotará o nome fantasia “EUROMED SAUDE”, para assim ser designada e identificada para todos os fins de direito.

Cláusula Segunda. A sociedade terá sua sede na Avenida das Américas, nº 5.777, loja 120, Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 22.631-000.

Parágrafo Único: A sociedade se reservará o direito de poder, por deliberação de sócios, abrir e fechar filiais, sucursais, agências, depósitos e escritórios, em qualquer parte do país ou no exterior, desde que obedecidas as prescrições legais e registros necessários.

Cláusula Terceira. A sociedade iniciou suas atividades em 06/07/2010 e seu prazo de duração será por tempo indeterminado.

Cláusula Quarta A sociedade tem por objeto social principal e secundárias para a as atividades de:

- Atividade de atendimento em pronto-socorro e unidades hospitalares para atendimento a urgências (CNAE 8610-1/02);
- Aluguel de equipamentos cinetificaos, médicos e hospitalares, sem operador (CNAE 7739-0/02);
- Locação de mão-de-obra temporária (CNAE 78.20-5/00);
- Atividade de atendimento hospitalar, exceto pronto-socorro e unidades para atendimento a urgências (CNAE 8610-1/01);
- UTI móvel (CNAE 8621-6/01);
- Serviços móveis de atendimento a urgências, exceto por UTI móvel (CNAE 8621-6/02);
- Serviços de remoção de pacientes, exceto os serviços móveis de atendimento a urgências (CNAE 8622-4/00);
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de procedimentos cirúrgicos (CNAE 8630-5/01);
- Atividade médica ambulatorial com recursos para realização de exames complementares (CNAE 8630-5/02);
- Atividade médica ambulatorial restrita a consultas (CNAE 8630-5/03);

- Atividade odontológica (CNAE 86.30-5/04);
- Serviços de vacinação e imunização humana (CNAE 8630-5/06);
- Atividades de atenção ambulatorial (CNAE 8630-5/99);
- Laboratórios de análises clínicas (CNAE 8640-2/02);
- Serviços de diálise e nefrologia (CNAE 8640-2/03);
- Serviços de tomografia (CNAE 8640-2/04);
- Serviços de ressonância magnética (CNAE 8640-2/06);
- Serviços de diagnostico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonancia magnética (CNAE 8640-2/07);
- Serviços de diagnóstico por registro gráfico – ECG, EEG e outro exames análogos (CNAE 8640-2/08);
- Serviços de diagnosticos por métodos ópticos – endoscopia e outros exames análogos (CNAE 8640-2/09);
- Serviços de hemoterapia (CNAE 8640-2/12);
- Atividades de serviços de complementação de diagnóstica e terapêutica não especificadas anteriormente (CNAE 8640-2/99);
- Atividades de enfermagem (CNAE 8650-0/01);
- Atividades de profissionais da nutrição (CNAE 8650-0/02);
- Atividades de psicologia e psicanálise (CNAE 8650-0/03);
- Atividade de fisioterapia (CNAE 8650-0/04);
- Atividade de terapia ocupacional (CNAE 8650-0/05);
- Atividades de fonoaudiologia (CNAE 8650-0/06);
- Atividades de terapia de nutrição enteral e parenteral (CNAE 8650-0/07);
- Atividades de profissionais da área da saúde não especificados anteriormente (CNAE 8650-0/99);
- Atividades de apoio à gestão de saúde (CNAE 8660-7/00);
- Outras atividades de atenção à saúde humana não especificadas anteriormente (CNAE 8690-9/99);
- Atividades de fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente no domicílio (CNAE 8712-3/00);
- Serviços de assistência social em alojamento (CNAE 8800-6/00);

CAPÍTULO II

– CAPITAL SOCIAL E QUOTAS –

Cláusula Quinta. O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), dividido em 5.000.000 (cinco milhões) de quotas, cada uma com valor nominal de R\$1,00 (um real), totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, pela sócia única como descrito a seguir:

Nome	Quotas	Valor	%
MELLANY DIAS GUEDES	5.000.000	R\$5.000.000,00	100%
Total	5.000.000	R\$5.000.000,00	100%

Parágrafo único: A sócia única responderá de maneira subsidiária pelas obrigações sociais, e suas responsabilidades patrimoniais serão limitadas ao valor de suas quotas.

CAPÍTULO III
– ADMINISTRAÇÃO –

Cláusula Sexta. A administração da sociedade caberá à sócia **MELLANY DIAS GUEDES**, a qual representará a sociedade em juízo e poderá isoladamente, praticar todos os atos pertinentes à Sociedade, cabendo-lhe todos os poderes necessários para gerir os negócios sociais. Para isso, ela poderá (i) usar da denominação social e nome fantasia; (ii) representar a Sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente; e (iii) praticar todo e qualquer ato de gestão no interesse da Sociedade, desde que nos limites desta Cláusula Sexta. Será vedado a todo e qualquer administrador, presente ou futuro, praticar (i) quaisquer atividades estranhas ao interesse social, (ii) assumir obrigações em favor próprio, de qualquer dos sócios, ou ainda de terceiros; (iii) onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização expressa da maioria dos sócios; e (iv) agir em desacordo com o deliberado pelos sócios em reunião.

Parágrafo Primeiro: A administradora, aqui instituída, declara ser livre e desimpedida para exercer a atividade empresarial e a função de administração da sociedade, seja por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob ode feitor dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade, nos termos do §1º do art. 1.011 da Lei nº 10.406 de 2002.

Parágrafo Segundo: Poderá ser fixado, a qualquer tempo, uma retirada mensal destinada a membros da administração, a sócios gestores e a demais pessoas que exerçam funções gerenciais, a título de pró-labore, pelo exercício da administração e/ou pelos serviços que presta à Sociedade, respeitando as limitações legais vigentes, em especial, o artigo 1.071, do Código Civil, e artigo 13 da Lei nº 9.249/1995, devendo tal retirada ser considerada como despesa da sociedade.

Parágrafo Terceiro: É vedado à Administração, a eventuais procuradores e a todo e qualquer sócio obrigar a sociedade em negócios estranhos ao seu objeto social, bem como praticar atos de liberalidade em nome da sociedade, ou conceder, em seu nome ou a título pessoal, avais, fianças ou outras garantias que não sejam necessárias à consecução do objeto social.

Parágrafo Quarto: A sociedade poderá ser representada por procurador cujo mandato e finalidade específica tenha sido concedida pelo titular por tempo indeterminado, inclusive com poderes específicos para atuar perante a ICP – Brasil (Certificação Digital).

Parágrafo Quinto: O procurador nomeado poderá ser destituído da função a qualquer tempo, sem direito a qualquer indenização, por deliberação dos sócios.

Parágrafo Sexto: A sociedade poderá ser administrada por pessoa não sócia conforme determina o art. 1.061 da Lei nº 10.406/2002, mediante a aprovação dos sócios do capital

social e designada no próprio ato ou em ato separado.

CAPÍTULO IV
– FALECIMENTO OU INTERDIÇÃO –

Cláusula Sétima. Falecida ou interditada a sócia única, a empresa continuará suas atividades com os herdeiros, tutores, curadores ou sucessores. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes, seus haveres serão apurados e liquidados com base na situação patrimonial da empresa, à data da resolução, verificada em Balanço, especialmente levantado.

CAPÍTULO V
– EXERCICIO SOCIAL E DESTINAÇÃO DE RESULTADOS –

Cláusula Oitava. O exercício social terá início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano e, ao final de cada exercício, serão levantados o balanço patrimonial e a demonstração de resultados econômicos, sendo os lucros ou prejuízos verificados reinvestidos, distribuído ou suportados pelos sócios, podendo ser desproporcional as suas participações no capital social como distribuição de dividendos.

Parágrafo Único: Fica a sociedade autorizada a distribuir antecipadamente, lucros dos exercícios, com base em levantamento de balanço, intermediário, observada a necessidade de reposição dos lucros ou quantias retiradas pelos sócios quando tal distribuição afetar o capital social, conforme estabelece o artigo 1.059, do Código Civil Brasileiro.

CAPÍTULO VI
– DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE –

Cláusula Nona. Em caso de dissolução da sociedade, será procedida a devida liquidação e o patrimônio será devolvido para a sócia única, conforme às cotas de capital social.

CAPÍTULO VII
– DESIMPEDIMENTO DO ADMINISTRADOR –

Cláusula Décima. A administradora, declara sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CAPÍTULO VIII

– FORO –

Cláusula Décima Primeira. Fica eleito o Foro da Comarca do Rio de Janeiro para dirimir toda e qualquer controvérsia, litigio, questão, duvida ou divergência de qualquer natureza que surja em decorrência direta ou indireta do presente contrato social ou de qualquer outro assunto relacionada à Sociedade, renunciando-se a qualquer outro, pormais privilegiado que seja ou venha a ser, sendo necessário que, antes de qualquer apreciação judicial, sejam buscados e tentados meios extrajudiciais e consensuais para resolver o litigio. Os casos omissos a este instrumento de contrato deverão ser resolvidos de conformidade com a legislação em vigor pertinente à matéria.

E por estar assim justo e contratado, assina o presente instrumento em 01 (uma) via para que se reproduza os devidos e esperados fins e efeitos.

Rio de Janeiro (RJ), 15 de dezembro de 2025.

gov.br

Documento assinado digitalmente
MELLANY DIAS GUEDES
Data: 16/12/2025 12:24:51-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

MELLANY DIAS GUEDES
(Sócia Administradora)



DOCUMENTO BÁSICO DE ENTRADA DO CNPJ

A análise e o deferimento deste documento serão efetuados pelo seguinte órgão:

- Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

PROTOCOLO REDESIM

RJP2500364020

01. IDENTIFICAÇÃO

NOME EMPRESARIAL (firma ou denominação)
EUROMED SAUDE E SERVICOS LTDA

Nº DE INSCRIÇÃO NO CNPJ
12.165.068/0001-00

02. MOTIVO DO PREENCHIMENTO

RELAÇÃO DOS EVENTOS SOLICITADOS / DATA DO EVENTO

244-Alteracao de atividades economicas (principal e secundarias)

Número de Controle: RJ20479305 - 12165068000100

03. DOCUMENTOS APRESENTADOS

☒ FCPJ

☐ QSA

04. IDENTIFICAÇÃO DO PREPOSTO

NOME DO PREPOSTO

CPF DO PREPOSTO

05. IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

☒ Responsável

☐ Preposto

NOME
MELLANY DIAS GUEDES

CPF
171.363.577-13

LOCAL E DATA

ASSINATURA (com firma reconhecida)

06. RECONHECIMENTO DE FIRMA

IDENTIFICAÇÃO DO CARTÓRIO

07. RECIBO DE ENTREGA

CARIMBO COM DATA E ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO DA UNIDADE
CADASTRADORA

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: EUROMED SAUDE E SERVICOS LTDA

NIRE: 332.1226729-6 Protocolo: 2025/01199556-0 Data do protocolo: 16/12/2025

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2025 SOB O NÚMERO 00007383389 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 0BED3A518C8B732C6BA3D5020CA5F6F8A9E9DAFAFE299A120E39CE98A5E57B

Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





Nome: Validador de assinaturas eletrônicas

Data de Validação: 16/12/2025 19:45:41 BRT

Versão do software(Verificador de Conformidade): 2.21.1.2

Versão do software(Validador de Documentos): 3.0.5.2

Fonte de verificação: Offline

Nome do arquivo: MINUTA_9BA_ALTERACAO_CONTRATUAL_EUROMED_assinado.pdf

Resumo da SHA256 do arquivo:

6b374ce8076c1a740e692e8a171765ea38e6c5d97ae1e3d8cf9318c71cffe8d3

Tipo do arquivo: PDF

Quantidade de assinaturas: 1

Quantidade de assinaturas ancoradas: 1

CN=MELLANY DIAS GUEDES

Informações da assinatura

Assinante: CN=MELLANY DIAS GUEDES

CPF: ***.363.577-**

Tipo de assinatura: Destacada

Status de assinatura: Aprovado

Caminho de certificação: Valid

Estrutura: Em conformidade com o padrão

Cifra assimétrica: Aprovada

Resumo criptográfico: true

Data da assinatura: 16/12/2025 12:24:51 BRT

Atributos obrigatórios: Aprovados

Mensagem de erro: Nenhuma mensagem de alerta

Política de assinatura:

Certificados utilizados

CN=MELLANY DIAS GUEDES

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 28/03/2025 10:26:21 BRT

Aprovado até: 28/03/2026 10:26:21 BRT

Expirado (LCR): false

CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Buscado: Offline

Assinatura: true

Emissor: CN=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, OU=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR

Data de emissão: 17/06/2020 17:50:27 BRT

Aprovado até: 09/06/2033 09:00:47 BRT

Expirado (LCR): false

Atributos usados

Atributos obrigatórios

Nome do atributo: IdMessageDigest

Corretude: Valid

Nome do atributo: IdContentType

Corretude: Valid

Nome do atributo: SignatureDictionary

Corretude: Valid

Atributos Opcionais

Nome do atributo: IdSigningTime

Corretude: Valid

Declaração de Autenticidade

Eu, **ERICA ORLANS DE ALMEIDA**, com inscrição ativa no CRC/RJ sob o nº RJ-134016/O-4, expedida em 24/01/2023, inscrito no CPF nº 104.015.227-92, DECLARO, sob as penas da Lei penal e, sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

Documentos apresentados:

CONTRATO DE ALTERAÇÃO SOCIAL – 07 PÁGINAS;

DBE – 01 PÁGINA;

RG SÓCIO – 01 PÁGINAS;

CRC – 01 PÁGINA;

DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE – 01 PÁGINA;

RELATORIO VALIDAÇÃO ASSINATURA – 04 PÁGINAS

Rio de Janeiro, 16 de dezembro de 2025.

ERICA ORLANS DE
ALMEIDA:104015227
92

Assinado de forma digital por
ERICA ORLANS DE
ALMEIDA:10401522792
Dados: 2025.12.16 19:49:39 -03'00'

Erica Orlans de Almeida
CRC 134016/O-4 - RJ



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA EUROMED SAUDE E SERVICOS LTDA, NIRE 33.2.1226729-6, PROTOCOLO 2025/01199556-0, ARQUIVADO EM 19/12/2025, SOB O NÚMERO (S) 00007383389, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
✓ 104.015.227-92	ERICA ORLANS DE ALMEIDA
✓ 171.363.577-13	MELLANY DIAS GUEDES

19 de dezembro de 2025.

Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: EUROMED SAUDE E SERVICOS LTDA
NIRE: 332.1226729-6 Protocolo: 2025/01199556-0 Data do protocolo: 16/12/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 19/12/2025 SOB O NÚMERO 00007383389 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 0BED3A518C8B732C6BA3D5020CA5F6FBF8A9E9DAFAFE299A120E39CE98A5E57B
Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



SERPRO / SENATRAM

I<BRA088694147<441<<<<<<<<<<
9907087F2601065BRA<<<<<<<<<<O
MELLANY<<DIAS<GUEDES<<<<<<<<<



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Contratação

À Secretaria Municipal de Saúde

Processo Licitatório nº 35.877/2025, referente ao Edital do Chamamento Público nº 4/2026, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA NA MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS MÉDICOS PARA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NAS UNIDADES HOSPITALARES, VISANDO ATENDER AOS PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.165.068/0001-00, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, tempestivamente, contra os termos do Edital do Chamamento Público nº 4/2026.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, a impugnante questiona a exigência constante do item 9.12.3 do Termo de Referência, que impõe a apresentação de seguro de responsabilidade civil profissional como requisito habilitatório.

A impugnante sustenta que a exigência seria ilegal, desarrazoada e restritiva, por não constar no rol taxativo do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, configurando inovação editalícia e violação aos princípios da legalidade, isonomia e competitividade. Argumenta que o seguro não comprovaria aptidão técnica, apenas importaria custo adicional às participantes, podendo, se cabível, ser exigido apenas na fase contratual.

Invoca o Acórdão TCU nº 313/2021 – Plenário, que veda a exigência de documentos não previstos em lei na fase de habilitação, salvo quando demonstrada sua imprescindibilidade, o que não teria ocorrido no caso.



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Contratação

Ao final, requer a exclusão da exigência impugnada, o prosseguimento do certame sem a cláusula questionada ou, alternativamente, a apresentação de motivação técnica concreta que justifique sua manutenção.

II. DA DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO

Considerando o caráter estritamente técnico dos elementos impugnados, encaminho o processo para manifestação do órgão requisitante do certame, a fim de subsidiar a decisão final desta Agente de Contratação.

Recomenda-se que o setor técnico avalie:

1. A necessidade técnica das exigências impugnadas, considerando a proporcionalidade e adequação ao objeto da licitação;
2. Eventuais ajustes no Edital para assegurar a competitividade e a isonomia, sem prejuízo à qualidade técnica e eficiência;
3. Os impactos sobre o interesse público no prosseguimento do credenciamento com as condições atuais.

Em seguida, solicitamos o retorno do processo para o regular prosseguimento do feito.

Nova Friburgo, 08 de janeiro de 2026.

Monique Borges de Azevedo
Agente de Contratação
Matrícula nº 115.269

Comissão de Contratação - Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ
Avenida Alberto Braune, nº 224, sobreloja - Centro
Telefone (22) 2525-9100 - Ramais 292 ou 350
E-mail: licitacao.cplpmnf@gmail.com

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
S A Ú D E

Gestão de Processos, Contratos e Convênios

Proc. 643/2026

DESPACHO

O presente processo administrativo versa sobre impugnação interposta pela empresa EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA ao edital de chamamento público para credenciamento de prestadores de serviços médicos de urgência e emergência no âmbito do SUS.

Tomando como base o informado pelo Subsecretário de Atenção Especializada nos autos do processo administrativo de nº 569/2025, que versa sobre impugnação interposta pela empresa JMF SOLUÇÕES EM SAÚDE ao edital de mesmo objeto.

Esta Secretaria de Saúde decide pela suspensão temporária do procedimento de credenciamento, entendendo ser necessário a retificação do Termo de Referência de acordo com os pontos impugnados.

Ao fio do exposto, encaminhamos os autos à Comissão de Contratação para ciência e suspensão temporária do procedimento de credenciamento, retornando o processo administrativo de nº 35877/2025 para a retificação dos pontos necessários.

Nova Friburgo/RJ, 13 de janeiro de 2026.

Higor de Barros Pinto
Gestão de Processos, Contratos e Convênios
Matrícula 063.344

Ciente, de acordo:

Gabriel Costa Wenderroschy
Secretário de Saúde
Matrícula 063.454



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Contratação

Decisão de Impugnação

Processo Licitatório nº 35.877/2025, referente ao Edital do Chamamento Público nº 4/2026, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA ÁREA DE SAÚDE PÚBLICA NA MODALIDADE DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS MÉDICOS PARA URGÊNCIA E EMERGÊNCIA NAS UNIDADES HOSPITALARES, VISANDO ATENDER AOS PACIENTES DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).**

Trata-se o presente processo de **IMPUGNAÇÃO** interposta pela empresa **EUROMED SAÚDE E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 12.165.068/0001-00, com fulcro no artigo 164 da Lei n.º 14.133/2021 e artigo 16 da IN SEGES/ME nº 73/2022, tempestivamente, contra os termos do Edital do Chamamento Público nº 4/2026.

I. DO RELATÓRIO

Em breve síntese, a impugnante questiona a exigência constante do item 9.12.3 do Termo de Referência, que impõe a apresentação de seguro de responsabilidade civil profissional como requisito habilitatório.

A impugnante sustenta que a exigência seria ilegal, desarrazoada e restritiva, por não constar no rol taxativo do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, configurando inovação editalícia e violação aos princípios da legalidade, isonomia e competitividade. Argumenta que o seguro não comprovaria aptidão técnica, apenas importaria custo adicional às participantes, podendo, se cabível, ser exigido apenas na fase contratual.

Invoca o Acórdão TCU nº 313/2021 – Plenário, que veda a exigência de documentos não previstos em lei na fase de habilitação, salvo quando demonstrada sua imprescindibilidade, o que não teria ocorrido no caso.



SECRETARIA DE
LICITAÇÕES E
PLANEJAMENTO

Comissão Permanente de Contratação

Ao final, requer a exclusão da exigência impugnada, o prosseguimento do certame sem a cláusula questionada ou, alternativamente, a apresentação de motivação técnica concreta que justifique sua manutenção.

II. DA DILIGÊNCIA AO SETOR TÉCNICO

Considerando manifestação anterior do Subsecretário de Atenção Especializada em processo de mesmo objeto, a Secretaria de Saúde decidiu pela suspensão temporária do procedimento de credenciamento, a fim de promover a retificação do Termo de Referência nos pontos impugnados.

III. DA DECISÃO

Isto posto, com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021 e sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** da Impugnação interposta ao processo licitatório referente ao Edital do Chamamento Público nº 4/2026 e, no mérito, **DOU PROVIMENTO**.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.pmnf.rj.gov.br/licitacao/view/1412/chamamento-publico-n-42026>.

Nova Friburgo, 14 de janeiro de 2026.

Monique Borges de Azevedo
Agente de Contratação
Matrícula nº 115.269

Comissão de Contratação - Prefeitura Municipal de Nova Friburgo/RJ
Avenida Alberto Braune, nº 224, sobreloja - Centro
Telefone (22) 2525-9100 - Ramais 292 ou 350
E-mail: licitacao.cplpmnf@gmail.com